

## A POSIÇÃO DO SUJEITO: PEDIR OU REIVINDICAR?<sup>16</sup>

(Nota Prévia de Dissertação)

Ana Maria Gama Florencio  
(Mestranda em Letras-UFAL)

O que é escrever um texto? Como se dá o processo de produção de um texto? Como alunos de uma escola pública que vive um problema singular, a doação de seu prédio para uma instituição particular, puderam produzir um texto - uma carta para uma autoridade constituída - em que *reivindicariam (ou pediriam?)* uma solução para o seu problema? Os textos produzidos parecem bastante coerentes. Contudo, em se tratando da recuperação dos fatos e mesmo no que tange à forma - carta - os textos mostram descontinuidades entre a proposta apresentada e aquilo que eles fizeram. Nesse sentido, os textos passaram a nos interrogar em dois aspectos principais: 1. Por que o fato de os alunos terem sido levados a produzir textos em que falariam de suas experiências não lhes ofereceu condições suficientes para que realizassem o texto como esperávamos? Ou seja, *asumissem uma posição reivindicatória*, tendo como argumento principal a história da doação? 2. Por que os textos apresentam um *cruzamento de diferentes gêneros de correspondências*?

A forma que imaginamos a elaboração do texto que estávamos propondo, em princípio, enfocaria o assunto que, a nosso

---

<sup>16</sup> Este texto foi escrito como introdução do trabalho de dissertação de mestrado, sob a orientação de Marisa Bernardes Pereira, cujo título provisório é: “*Nas falhas, o sujeito: o texto reivindicatório como efeito de processos linguístico-discursivos*”.

ver, passava pela experiência de todo o grupo de alunos que, em decorrência da história da Escola, naquele momento, já habitava um espaço que todos acreditavam ser provisório. Nesse sentido, ainda que o processo de doação já se constituísse como uma história da qual aqueles alunos não participaram, a situação clara de hóspedes de uma outra escola, com certeza, trazia a história para o cotidiano daqueles alunos.

Talvez o que importe mais da proposta de produção de textos que levamos aos alunos seja a posição em que eles - os alunos - puderam se colocar a partir da seguinte questão que propusemos como orientação para o trabalho, qual seja: *Como resolver o problema de espaço físico da escola?* Ou, o que os alunos mostram em seus textos sobre a compreensão da nossa pergunta.

O que nós esperávamos como textos que respondessem a essa questão remeteria à história da doação e aos impasses que este fato implicou. Talvez para garantir respostas dessa ordem, antes de os alunos começarem a escrever, procuramos lembrar os fatos acontecidos recontando a história da doação. Que história é esta?<sup>17</sup>

Trata-se do que, do nosso ponto de vista, constitui um processo que trouxe prejuízos incontornáveis para o ensino público em favor do ensino privado. Um processo que pudemos acompanhar do que hoje aparece como privatização, atualmente mascarado pela venda de um patrimônio público e que, nessa história, se mostra como

---

<sup>17</sup>Nos anexos deste trabalho incluímos a história de forma mais detalhada.

simples transferência/doação do patrimônio da coletividade, por algum tempo.

A história que buscamos lembrar foi a seguinte. Há mais de vinte anos, foi criada uma escola de primeiro grau, numa localidade bastante interessante do ponto de vista da irradiação que ela permitiria para a cidade como um todo. Ou seja, sua localização permitia o acesso fácil de alunos de diversos bairros da cidade. O prédio foi construído para receber um contingente em torno de 1800 alunos, em três turnos de funcionamento. Diga-se, de passagem, que não é por acaso que os melhores colégios da cidade se localizam em áreas circunvizinhas, melhor dizendo, nas redondezas, com semelhantes condições de acesso.

Alguns anos depois, um grupo reconhecidamente forte no mercado educacional da cidade fundou uma instituição de ensino superior e teve como “prêmio”, em função do projeto educacional do Estado, a ajuda do Governo Estadual em termos da doação de um prédio para seu funcionamento. Que prédio foi doado? Aquele estrategicamente localizado para atender às demandas da cidade.

Mas, nessa história, a doação não se deu por um ato pontual de exclusão da instituição pública, porque o que circulou como promessa para a escola é que ela permaneceria no prédio até que outro fosse construído para receber os alunos. Apenas o curso noturno foi desativado imediatamente. Entretanto, paulatinamente, a escola pública foi sendo imprensada. A continuidade da localização, inicialmente, foi prometida. Posteriormente, desfez-se a promessa da

localização privilegiada, em função de mais conforto para os alunos. Por todo o tempo de aparentes negociações foi-se perdendo o interesse pela localização privilegiada, paralelamente ao crescimento da instituição particular de nível superior, que depois se estendeu ao ensino de primeiro grau, com a criação de um colégio, no espaço onde antes havia a escola pública. Estava naquele momento se tornando mais claro como a doação escondia um projeto de privatização.

Vale, mais uma vez, retornar à nossa pergunta inicial *Como resolver o problema de espaço físico da escola?* a partir da rememorização que fizemos, no momento em que propusemos a elaboração do texto pelos alunos, a partir do dado histórico acima referido: a criação de uma escola de primeiro grau na localidade.

O que aconteceu à escola pública? No momento da produção de textos a escola estava reduzida a uma média de 120 alunos e funcionando numa escola de segundo grau também do Estado, sendo que em regime de co-habitação em que há donos e os alunos da escola sucateada são hóspedes mal recebidos. Neste ano da graça de 1996, a escola pública foi oficialmente desativada.

Vale ainda salientar que durante os anos dessa história a comunidade - alunos e professores - foram informados dos encaminhamentos para a questão do prédio, através da leitura de documentos recebidos e expedidos, bem como realizaram alguns movimentos coletivos, seja assinando documentos do tipo abaixo-assinado, seja participando de passeatas ou reuniões em frente ao

palácio do governo, no sentido de reivindicar um novo espaço para a citada comunidade.

Conforme afirmamos, as cartas/textos produzidas nos interrogam em vários aspectos, porque elas revelam uma forte heterogeneidade, naturalmente não esperada, já que nos parecia claro que não haveria como os alunos se desviarem de dados históricos, que por sua vez os remeteriam a uma posição reivindicatória e, por outro lado, a encomenda de uma carta não poderia ser entendida de formas diferenciadas, isto é, cruzadas por diferentes gêneros de correspondências.

### UM EXEMPLO

Do ponto de vista da história da doação, as diferenças se marcam pela recorrência a esse fato ou pela argumentação em torno dos problemas decorrentes da convivência com a escola de 2o. grau, embora aconteça uma redução da história nos dois casos, como no texto abaixo.

#### Texto 01

#### Jefferson

1- "17 - 06 - 93 (data enviesada no canto esquerdo da folha).

2                    *Senhor Secretario Da Educcação*

3- *Senhor Sc: Eu estou escrevendo para pedi*

4- *um prédio para nosso alunos do (nome da Escola),*

5- *porque o (nome da Escola) antigamente tinha*

6- *mais o prédio foi doado ao (instituição de ensino superior). E agora*

7- *nosso prédio está sendo um (colégio particular)*

- 8- poriso eu estou de pedindo um predio ou uma casinha  
9- para o nosso colégio (nome da Escola) que hoje só  
10- continua o nome nos nossa boca.  
11- Eu scio qui no tempo da doação que aconteceu  
12- o senhor não era secretário, mais com o senhor dentro  
13- da secretária tudo vai funciona muito bem porisso  
14- consigua um lugasinho para nós do (nome da Escola).  
15-                   hoje em dias nós estamos estudando de favor  
16- no predio (escola pública de 2o. Grau) que também é do  
17- estado mais nós queremos o nosso predio a nossa  
18- propria casa pra gente se sentir mais avontade  
19- mais liberdade em fim tudo de bom para o nosso  
20- alunos do (nome da Escola).  
21- Eu vou terminando esta carta com muitas  
22- esperança de um dia agent vai ter nosso luga-  
23- sinho próprio: Agradeço por ter lido esta carta  
24- Ass: aluno do (Escola pública de 1o. Grau)  
25- estudante Jefferson Silva Souza  
26-                                   Obrigado Senho Sc: "

No verso: **18**

- 27- Rc= Jefferson (com o sobrenome)  
28- Eu= (Escola pública de 1o. Grau)  
29- Data= 17-06-93(junho)  
30-                                   Macció alagoas  
31-                   Como as flores tem liberdade nós também  
32- temos:  
33-                                   Lute por nós Senho Sc.

---

<sup>18</sup> As folhas foram dobradas com a intenção de usar o verso de cada texto como um envelope.

Note-se que Jefferson recorre à história da doação dando um salto no tempo, como se nada tivesse ocorrido entre isto e a instalação do (colégio particular) no mesmo prédio:(linhas 5, 6 e 7). Lembremos que nesse intervalo aconteceram fatos tais como: a possibilidade da construção de outro prédio para a escola pública de Io. Grau, a promessa da mesma permanecer na redondeza, ou seja, não perder a localização privilegiada, enquanto, paralelamente, a escola pública de Io. Grau ia sendo restringida a espaços cada vez menores no prédio que havia sido seu, mas estava ocupado pela Instituição de ensino superior. Por que esse hiato aconteceu já que a história ocorre dentro de uma seqüência de fatos como acima referido? Convém lembrar que tais fatos estão sempre atravessando, seja pelas referências continuadas dos professores na Escola, seja pela tentativa de recordá-los que fizemos, quando da orientação para a produção dos textos. Por que a história - da doação - não foi apreendida por Jefferson em todas as suas etapas? A perda que ocorre nesse salto esconde um processo de apropriação, pela instituição beneficiada - a escola particular pertencente à instituição de ensino superior - de uma demanda que seria da Escola pública de Io. Grau? Além disso, a história que lhe foi relatada (da doação) e a situação incômoda que ele vive (co-habitação com a outra escola - sabidamente uma consequência do fato principal (da doação) - deveriam levá-lo a uma posição reivindicatória que não se dá quando Jefferson diz estar escrevendo “pare pedi um prédio para nosso alunos do (nome da Escola)” (linhas 3 e 4); acrescenta “poriso eu estou de pedindo um

predio ou uma casinha para o nosso colégio” (nome da Escola) (linha 8). Por que ele pede, não reivindica? Aparecem nesse texto ainda algumas palavras que parecem remeter também a uma posição de quem pede um favor e não de quem cobra uma obrigação: casinha (linha 8), lugasinho (linha 14), a nossa propria casa (linhas 17 e 18) com muitas esperança de um dia agent vai ter nosso lugasinho próprio (linhas 21,22 e 23). Por que “a nossa propria casa”? Essa expressão pode funcionar como sinônima de prédio destinado ao funcionamento de uma instituição pública? E “casinha”, “lugasinho” têm o mesmo sentido? É uma posição de afetividade ou humildade? Por que Jefferson se coloca nessa posição? De onde ela vem? Nós o colocamos nela a partir da discussão que antecedeu a produção de seu texto ou o simples fato de escrever a uma autoridade já poderia tê-lo levado a fazer essa imagem de si mesmo? Ou essa recorrência é efeito de cruzamento de fragmentos de textos/discursos?

Jefferson continua se utilizando de um discurso adulator: Eu sei qui no tempo da doação que aconteceu o senhor não era secretário, mais com o senhor dentro da secretária tudo vai funciona muito bem porisso consigua um lugasinho para nós do (nome da Escola) (linhas 11, 12, 13 e 14). Isso parece completar a imagem que ele faz de si mesmo - como alguém que tem de pedir, que não consegue se colocar numa posição reivindicatória - pois ele parece ver o Secretário como alguém que deve ser adulado, a quem se deve pedir e não cobrar, como se estivesse antecipando o que o seu interlocutor pensaria ao ler a carta, antecipação esta que se dá a partir da imagem

que ele faz de si mesmo, da imagem que ele faz do Secretário da Educação, da imagem que ele supõe que o Secretário faz dele, sempre numa relação hierárquica de quem ordena e de quem obedece.

Ele diz *nós estamos estudando de favor*, sem perceber que, ao pedir, se coloca novamente numa posição *de favor*, o que pode confirmar a inesperada posição de quem pede.

No que essas posições cruzam com o desvio do curso da história? Parece-nos haver uma ligação entre o fato de Jefferson ter apagado as diversas etapas da história da doação e colocar-se numa posição de quem pede, de adulator. Essa posição parece impedir que ele veja a doação como uma usurpação de algo a que ele tinha direito.

Ele pede *um* prédio na linha 5, mas, na linha 11 ele diz que quer *o* prédio. Por quê? Ele quer o antigo prédio de volta? Que relação existe entre *pedir/um prédio* e *quer/o* prédio. São agora diferentes posições - reivindicador e solicitador - marcadas por essas expressões? Quando ele *pede*, pode ser *um* prédio qualquer; quando ele diz que *quer é o* prédio, é o que foi doado, o do (escola pública de 1o. Grau)? A um só tempo ele *pede* e *reivindica*. O que o faz ir de uma posição à outra?

No que se refere aos aspectos formais note-se que Jefferson coloca a data enviesada, no canto esquerdo superior da folha. Colocação própria a bilhete ou exercício escolar ou que acontece quando esquecemos de colocá-la no devido lugar? O fato de o vocativo ter sido colocado acima e repetido no corpo da carta pode nos levar a pensar em dois tipos de correspondência? Acima (linha 2)

ofício? Lembremo-nos de que, em alguns ofícios, se coloca acima, antes do vocativo, Ao... (nome da autoridade a quem se dirige) Do... (nome da instituição remetente). Por estar escrevendo ao Secretário Jefferson poderia ter pensado numa correspondência oficial como mais apropriada, por isso esse indício de cruzamento com ofício? No corpo da carta (linha 3), a repetição indica que ele volta à carta? Embora esta não seja a localização adequada a um vocativo numa carta (formal ou informal) a leitura do que se segue nos leva a essa reflexão: "*Senhor Sr: Eu estou escrevendo...*" (linha 3). E continua, "*para pedir um prédio para nossos alunos do*" (escola pública de 1o Grau) (linha 4) Por que "*nossos alunos*" ? *Nosso alunos*, expressão dos professores? Nesse erro de concordância poderia estar algo como *nós alunos do...*? (abaixo-assinado?).

Que relação podemos estabelecer entre esses cruzamentos de gêneros de correspondências e as diferentes posições discursivas no texto de Jefferson? As correspondências oficiais são, geralmente, mais utilizadas para reivindicações do que cartas. Portanto, estaria aqui, nesse texto, apontada uma contradição entre a nossa discussão, onde relembramos a história, o ato de usurpação, o direito que a Escola tem de reivindicar e a proposta de escrever uma carta, em vez de qualquer outra correspondência oficial que servisse adequadamente como instrumento para quem cobra uma responsabilidade e não pede um favor?

*Ass: aluno do* (nome da Escola) (linha 24). Qual a razão de *Ass:* ? Existe alguma relação com a leitura de documentos recebidos a

respeito das negociações realizadas entre a Escola e a Secretaria da Educação, sobre uma instalação para a Escola, no sentido de que os professores, ao lê-las para os alunos, podem ter finalizado a leitura em voz alta com ASSINADO FULANO DE TAL? Mas por que abreviado? Por que as expressões de tratamento são, em geral, abreviadas? Acrescenta ainda “*estudante Jefferson*” (com o sobrenome) linha 25. Por que identificar-se como *estudante* se já havia colocado *aluno*?

No verso (envelope) coloca:

27- “*Re= Jefferson*” (com o sobrenome)

28- “*En=*” (nome da Escola)

29- “*Data= 17-06-93(junho)*”

30- “*Macció alagoas*”

31- “*Como as flores tem liberdade nós também*”

32- “*temos:*”

33- “*Lute por nós Senho Sec.*”

Por que repete a data? (linha 29). Vale lembrar que em requerimentos se coloca a data após o texto. E o pensamento final? (linhas 31 e 32) Tem alguma relação com o fato de as professoras das séries anteriores (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> Grau) colocarem votos de “boa prova” ou “felizes férias”, etc., no final das provas escolares?

Como explicar essa heterogeneidade interna aos textos, a heterogeneidade que também se verifica entre diversos textos, a partir de uma mesma história e de uma igual proposta de formalização do texto como carta, se a instrução foi igual para todos?

Diante de uma história com nuances de injustiça social, voltamos a refletir a respeito da nossa pergunta - *Como resolver o problema do espaço físico da escola?* O fato de termos proposto a elaboração de uma carta a uma autoridade, não estaria sugerindo a colocação dos alunos num lugar que possibilitaria a produção de um texto reivindicatório? Além disso, a própria história que vem atravessando os alunos, de alguma maneira, não reforçaria um lugar dessa ordem?

A quebra de nossa expectativa pode ter sido produzida pelas diferenças acima referidas? Ou, que efeitos essas diferenças podem ter produzido nos alunos, deixando-os como que circulando sem pouso definido num espaço aberto de possibilidades entre solicitar/pedir/mendigar e reivindicar/requerer/reclamar?

Que explicação poderemos dar ao aparecimento de textos em que se cruzam fragmentos de formulação reivindicatória como abaixo-assinado e requerimento e argumentos da ordem do pedido e vice-versa? Parece claro que, além de tudo o que a Escola lhes passa a respeito da doação, e de toda uma preparação que antecedeu a realização dos textos, eles não escreveram de forma homogênea como foi pretendido. Ao contrário, a heterogeneidade é uma constante em todos os aspectos.

Retomamos então as perguntas iniciais: Como esses alunos puderam compreender o tema que lhes foi proposto? De que posição? Como se explicam os cruzamentos dos diferentes gêneros de

correspondências, marcados pela presença de fragmentos de instrumentos oficiais de reivindicação?

Dessa forma, que teoria poderá responder a todas essas questões? A nosso ver, uma teoria que responda às questões relativas às posições ocupadas pelos sujeitos e o que sobredetermina sua divisão ( ora reivindicatórios ora solicitantes). Assim, poderíamos pensar em sujeitos submetidos à língua e ao discurso, como o que pressupõe uma teoria não subjetiva do sujeito.